

# Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão no Paraná

Ely Mitite Massuda

*Departamento de Administração, Faculdade Integrada de Campo Mourão, Campo Mourão, Paraná, Brasil. e-mail: elymitie@hotmail.com*

**RESUMO.** O objetivo do presente trabalho foi de apresentar a produção e a utilização de algodão no Estado do Paraná, no período de 1970 a 1999, assim como descrever como ocorreu a formação do pólo têxtil, tendo o município de Maringá, Estado do Paraná, como centro maior desta iniciativa. A pesquisa foi baseada numa revisão de dados de diversas entidades. No início da década de 80, as indústrias têxteis atuavam, exclusivamente, no beneficiamento do algodão e foi favorecida pela hegemonia paranaense, em nível nacional, na produção desta cultura até 1995. O declínio da produção algodoeira começou a ser sentido a partir de 1996, para níveis inferiores às necessidades das fiações e acabou por dismantelar o projeto de constituição de uma cadeia têxtil a partir da abundância de matéria-prima, apoiado no sistema cooperativista. O Estado do Paraná passou da posição de exportador para a de importador de algodão.

**Palavras-chave:** indústrias têxteis, produção algodoeira, pólo têxtil, cooperativas do Paraná.

**ABSTRACT. The production and utilization of cotton and the textile cotton industries of cotton in the State of Paraná.** This article describes the cotton production and utilization in the state of Paraná from 1970 to 1999 and the textile pole in Maringá region, northern Paraná State, Brazil. This study was based on several primary sources and many publications. In the early 1980s textile industries in Paraná focused on cotton cleaning, even though local production had the capacity to continue the manufacturing of cotton. By the mid 1980s some spinning industries were established and supported by agro-industry cooperatives. Cotton production started to decrease after 1996, decreasing the needs of the spinning industries. This decrease of cotton as a primary resource interrupted the chain of industrialization. The State of Paraná, which traditionally used to export cotton, started to import it in the mid 1990s.

**Key words:** industry textile, cotton production, textile pole, cooperatives of Paraná.

## Introdução

Na década de 80, o Paraná tornou-se o principal produtor de algodão do país inserido no contexto de modernização agrícola sob o binômio soja e trigo. O algodão fez parte do processo de transição café-soja consolidando-se como uma cultura alternativa em regiões e propriedades onde a mecanização encontrou obstáculos. O desenvolvimento da agricultura moderna exigia, entre outros, extensas porções de terras mecanizáveis.

No entanto, na década de 80, constatava-se que a utilização do algodão beneficiado no Estado estava muito aquém de sua capacidade produtiva. O consumo industrial representava menos de 10% da produção da pluma.

A partir dessa constatação, desenvolveram-se uma série de estímulos e apoio à implantação de indústrias voltadas para o estabelecimento de fiação de algodão, com especial ênfase às cooperativas agroindustriais localizadas no centro produtivo da matéria-prima, o Norte do Estado.

Na década de 90, a produção de algodão declinou para níveis abaixo da necessidade das fiações tornando o Estado importador dessa matéria-prima.

## Material e métodos

A realização deste trabalho foi baseada nas análises das documentações bibliográficas levantadas junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria de Indústria e Comércio do Paraná,

Ipardes, Iapar, Banco de Teses e Dissertações das Universidades Paranaenses e Paulistas, Setor Cooperativo (Ocepar, Cocamar), ABIT – Associação Brasileira da Indústria e IBGE.

## Resultados e discussão

### A produção de algodão no Paraná

Após a II Guerra Mundial, o Paraná tornou-se o maior produtor de café no Brasil. A economia do Estado passou a ser impulsionada pela atividade. Em torno desta gravitavam as atividades do setor industrial e terciário, sobretudo no Norte do Estado onde se concentrava a produção.

Diante da crise face à superprodução na década de 1960 e o programa do governo brasileiro de erradicação dos cafeeiros, a área ocupada pela cafeicultura no Paraná foi sendo gradativamente reduzida. Registrou-se um decréscimo de 71% entre 1960 e 1989. Algumas regiões no Norte Novo do Paraná sofreram uma redução mais drástica. Na região de Maringá foi da ordem de 93% de 1974 e 1992 (Medeiros, 1995:74).

Além do desestímulo à produção e dos incentivos com vistas à diversificação agrícola, a geada ocorrida em 1972, a ferrugem que atingiu os cafeeiros em 1973 e novamente a geada em 1975 contribuíram para sua erradicação.

O declínio da cafeicultura no Paraná acarretou profundas transformações na sua estrutura produtiva.

O incentivo às culturas mecanizadas dado pelo governo brasileiro desde a década de 1960 significou para o Paraná, sobretudo para a região Norte, profundas transformações na composição da produção e de sua base técnica. Isso redundou em mudanças na estrutura fundiária, no acesso à terra, na oferta de alimentos e no emprego rural. Barbosa (1987:127) observa que o Estado “*criou as condições adequadas para a penetração intensa do capital monopolista na agricultura paranaense, especialmente nas regiões Norte e Oeste*”<sup>1</sup>.

De maneira geral, a política agrícola adotada direcionou recursos para produtos de exportação (soja) e substitutos de importações (trigo). Ao mesmo tempo, orientou-os para implantação de uma política energética como a cana-de-açúcar em detrimento dos produtos alimentares básicos como arroz, feijão, mandioca e milho<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> De acordo com Barbosa essas culturas apresentavam maiores possibilidades de consumos e equipamentos da indústria. Laércio Pereira Barbosa. O Estado e as transformações recentes na agricultura Paranaense. Recife. UFPE, 1987, p.127.

<sup>2</sup> Em dez anos (1970-1980), a região Norte paranaense reduziu significativamente as áreas plantadas: a do arroz em 70,3%, a do

Quando à estrutura fundiária, os anos 70 marcaram a reversão da tendência histórica que beneficiavam pequenos lotes de até 20 hectares, característico da forma de colonização praticada, principalmente, na região Norte do Estado (IBGE, 1979:2).

Historicamente, o algodão desempenhou papel de relevância na agricultura paranaense devido à sustentação econômica que propiciou às pequenas e médias propriedades, em especial no Norte do Estado (Ipardes, 1984:4).

Não obstante, insumos modernos foram sendo paulatinamente inseridos na cultura. “... é comum o produtor do Estado utilizar recursos tecnológicos, tais como defensivos agrícolas, adubos, sementes selecionadas, máquinas e implementos agrícolas” (Liberal, 1991:20).

Por outro lado, a performance do algodão no Paraná contou com apoio do Estado, através do Iapar – Instituto Agrônomo do Paraná que

“... promoveu diversos projetos e atividades abrangendo inúmeros municípios da região algodoeira do Estado, visando maior produção, qualidade e produtividade da cultura. Dentre os projetos promovidos, destacam-se:

- . viabilização da cotonicultura em áreas de restrição edáfica, através da rotação de culturas e da racionalização da adubação química;

- . obtenção de variedades de algodoeiro com resistência múltipla a doenças e adaptadas às condições edafoclimáticas regionais;

- . desenvolvimento e validação de tecnologias para manejo integrado de pragas e doenças do algodoeiro;

- . desenvolvimento de alternativas técnicas e econômicas para racionalização da colheita manual do algodoeiro” (Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná, s/d:5).

Assim, a produção paranaense de algodão tomou impulso na década de 1970, conforme mostra a Tabela 1.

**Tabela 1.** Paraná: Área, produção de algodão em caroço e participação relativa na produção brasileira – Anos Selecionados.

Ano	Área (ha)	Produção (t)	PR/BR na produção
1970	447.413	385.264	26,7%
1980	336.000	561.519	33,5%
1985	540.000	1.035.661	36,3%
1990	490.000	852.600	47,0%
1995	282.760	529.977	37,0%
1999	48.351	100.475	7%

Fonte: CLASPAR. Relatório do algodão. www.pr.gov/claspar, novembro 2000.

Verifica-se que a área destinada ao algodão saltou de 447.413 hectares em 1970, para 540 mil hectares,

feijão em 48%, e da mandioca em 4,8% e o milho em 40,7%. Ao mesmo tempo, a área cultivada de soja apresentou crescimento de cerca de 300%. A produção de soja cresceu 778% entre 1970 e 1980 e a de trigo 930%. Ver: Laércio Pereira Barbosa (1987: 171).

em 1985. Após este último ano, essa área foi sendo gradativamente reduzida. Em 1999, a área plantada de algodão foi de 48.351 hectares.

A maior produção paranaense ocorreu em 1985. Foram colhidas 1.035.661 toneladas de algodão, o que significou cerca de 36% do total brasileiro. De 1980 a 1996, o Estado do Paraná ocupou o posto de maior produtor de algodão no país.

Em 1990 e 1995 apesar da redução da produção paranaense, a participação do Estado continuou sendo expressiva devido à acentuada queda também apresentada no país em geral.

Em 1999, a produção paranaense de algodão reduziu-se para 100.475 toneladas. Em relação a 1985, ano da maior safra paranaense e brasileira, a área e produção colhida representavam 9% e 10%, em 1999, respectivamente (Ipardes, 1999:20).

Como visto, o Paraná tornou-se o maior produtor de algodão no Brasil, na década de 80, sob o âmbito da denominada modernização agrícola. Destacou-se nesse contexto, a região Norte do Estado, especificamente, as microrregiões homogêneas de Campo Mourão, Norte Novo de Maringá, Norte Novo de Londrina e Norte Velho de Jacarezinho.

Um fator que deve ser levado em consideração ao se deparar com o desempenho dessas microrregiões e também no extremo oeste paranaense é a forte influência das cooperativas em praticamente todo o processo, ou seja, desde a produção até o beneficiamento e a fiação.

#### A estrutura de beneficiamento do algodão

No início da década de 60, a maioria das empresas voltadas ao beneficiamento do algodão no Paraná era privada e de pequeno porte. Esse cenário modificou-se com a implantação da SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro. Essa sociedade tinha como objetivo a produção de algodão em pluma, a extração de óleo e o aproveitamento da torta de algodão, subproduto da industrialização do caroço, utilizada, principalmente, na alimentação animal (Michelon, 1999:5).

Nessa mesma década, as cooperativas agrícolas do Norte do Paraná iniciaram-se nessa atividade. Até meados da década de 70, somente duas cooperativas atuavam no sub-ramo do beneficiamento de algodão no Estado do Paraná: a Cocamar – Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá e a Copagra – Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina. Em 1977, a participação destas no

recebimento e beneficiamento do algodão girava em torno de 12% da produção do Estado (Cocamar, 1984:25).

Em 1980, a situação evoluiu conforme apresenta a Tabela 2.

**Tabela 2.** Paraná: Estrutura de recebimento de algodão – 1980, 1992, 1994 e 1999.

Tipo de estabelecimento	1980			1992			1994			1999		
	No.	Prod	%	No.	Prod	%	No.	Prod	%	No.	Prod	%
	(A)	(B)	(C)	(A)	(B)	(C)	(A)	(B)	(C)	(A)	(B)	(C)
Cooperativa	8	120,5	23	58	750,8	76	26	269,8	62	12	86,2	78,8
Algodoeira	45	407,2	77	35	236,0	24	34	163,0	38	9	33,1	21,2
Total	53	527,7	100	93	986,8	100	60	432,8	100	21	109,4	100

Fonte: Seab, Claspar. Apud Ipardes. Estudo da competitividade do algodão do Centro-Sul Brasileiro. Op. Cit. P.66; 1999- Organização das Cooperativas do Paraná – www.ocepar.org.br – dezembro 2000.

A Tabela 2 mostra, nas colunas (A), o número de cooperativas e algodoceiras privadas na atividade em questão para os anos selecionados. Nas colunas (B), temos o volume de algodão recebido e processado (produção), em mil toneladas, por tipo de estabelecimento. Nas colunas (C) verificamos a participação relativa das cooperativas e das algodoceiras na produção total.

Em 1980, eram 8 as cooperativas agrícolas que recebiam e beneficiavam 120,5 mil toneladas de algodão ou 23% do total de algodão beneficiado no Paraná. Às 45 algodoceiras cabiam 407,2 mil toneladas ou 77% do total.

Em 1992, essas posições inverteram-se. As 26 cooperativas receberam 76% do algodão do Paraná, ou 750,8 mil toneladas, contra 24% das algodoceiras privadas que processaram 236 mil toneladas de algodão em caroço. Em 1993, as cooperativas chegaram a receber 89,7% da produção paranaense (Michelon, 1999:88).

Em 1994, porém, as cooperativas tiveram sua participação relativa reduzida para 62%. Grande parte dessa perda pode ser atribuída à quase desativação da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), cujo mercado foi absorvido por duas grandes empresas privadas (Tatuapé e Alpargatas), localizadas na área de abrangência dessa cooperativa (Ipardes, 1995:70-71). Nota-se que, em 1994, o volume total de algodão recebido e beneficiado no estado diminuiu para menos da metade, em relação à 1992.

Por outro lado, ocorreu importante movimento de fusão e incorporação entre empresas privadas já estabelecidas no mercado. Um exemplo importante foi o desaparecimento da SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil, que já se encontrava praticamente desativada no Paraná. Foi incorporada pela Alpargatas Santista e pela Algoeste, produtora de sementes.

Em 1994, das 60 empresas na atividade de recebimento e beneficiamento de algodão no Paraná, 26 estavam vinculadas à cooperativas, 4 à multinacionais, 1 a um grupo nacional e as 29 restantes ligadas a empresas privadas regionais (Ipardes, 1995:14).

Em 1999, observa-se que quase 80% do algodão produzido no estado foi recebido e processado pelas 12 cooperativas existentes. O restante foi processado por 9 algodoeiras, todas ligadas a empresas privadas locais.

O Paraná destacava-se tanto na produção como no beneficiamento de algodão. Manteve, na década de 80 e parte de década de 90, a primeira posição no Brasil. Contou com importante participação de cooperativas agroindustriais que estenderam suas atividades até o beneficiamento da matéria-prima.

### A implantação de fiações de algodão

Em meados da década de 80, apesar da posição privilegiada como produtor de algodão em caroço e em pluma do estado, constava-se que

“Principal produtor de algodão do país, o Paraná não abriga uma indústria têxtil compatível com sua oferta de matéria-prima. A indústria de fiação de algodão, representando apenas 2,6% da brasileira, tem feito o estado supridor passivo de algodão e outros centros manufatureiros, onde se dão a agregação de valor, maior arrecadação de tributos e a geração de empregos da indústria” (Ipardes, 1985:10).

Observava-se ainda “... que a capacidade de transformação industrial do estado está muito aquém do seu potencial produtivo...” (Liberal, 1991:21). Isso pode ser inferido pelo consumo industrial de algodão no estado (Tabela 3).

**Tabela 3.** Paraná: Consumo industrial de algodão em pluma – Anos selecionados.

Ano	Consumo (em toneladas)	Consumo/Produção
1973	7.600	5,6
1975	11.100	8,9
1977	12.300	9,0
1979	13.100	8,2
1981	12.200	6,0
1982	15.300	6,0
1983	19.300	7,8
1984	19.600	9,2
1985	21.500	5,8

Fonte: ABIT. Carta Têxtil 2000. p.14. Produção/Consumo: elaboração própria

Na Tabela 3, observa-se o consumo industrial de algodão no estado do Paraná nos anos selecionados. Verifica-se também a parcela da produção de algodão em pluma fiada no estado (consumo/produção).

Em 1973, consumia-se 7.600 toneladas de algodão em pluma ou 5,6% de sua produção no estado. O salto no consumo verificado entre 1982 e 1983 resultou da implantação da fiação da

Cocamar – Cooperativa de Cafeicultores de Maringá, em 1982.

Embora o consumo industrial tenha sido crescente, observa-se que se fiava menos de 10% da produção paranaense de algodão até 1985.

Na realidade, após os incentivos realizados na década de 60, apoiados pelo BADEP, o ramo têxtil paranaense recebeu poucos investimentos.

Na década de 80, preconizava-se que “... o Paraná surge com grande potencialidade em nível de entrada no setor têxtil, uma vez que dispõe de farta quantidade matéria-prima e um parque cooperativista com grande número de produtores rurais de fibras têxteis ...” (Ipardes, 1984:5)

Assim, estudos realizados em 1984, promovidos pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A – BADEP, resultou no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Têxtil Paranaense. Desenvolveram-se uma série de estímulos e apoio à implantação de indústrias voltadas ao sub-ramo fiação de algodão.

“A relação de mecanismos e medidas que possibilitem efetivar-se não só a expansão, mas também a consolidação nos próximos treze anos o Parque Têxtil Paranaense, deverá considerar a enorme capacidade indutora de investimentos que hoje têm os Estados do Nordeste, em função da variada gama de subsídios e incentivos sobretudo federais .... A filosofia da ação para apoio aos investimentos fundamentou-se na necessidade do estado ter unidades industriais modernas que, utilizando tecnologias apropriadas permitissem, de forma gradativa, futura verticalização setorial, com a obtenção nas diversas fases de processamento de níveis de produtividade e qualidade que viessem a contribuir para que os produtos têxteis e confeccionados paranaenses fossem mais competitivos nos mercado nacional e internacional” (Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, s/d:9-10).

Diagnosticava-se que um dos motivos para a situação de baixo consumo industrial da pluma de algodão no Paraná, provinha dos instrumentos legais que regulamentavam o ramo em nível nacional. Do ponto de vista institucional, refere-se aos subsídios concedidos para implantações de unidades têxteis no Nordeste do Brasil. Isso, em princípio, inviabilizava a implantação de novas unidades fora daquela região, além do controle exercido pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI (Ipardes, 1984:5).

“... o monopólio da União no direcionamento do crédito especializado tem levado as intenções de investimento no setor têxtil para o Nordeste, via incentivos geridos pela SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e ainda pela Resolução n.14 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que orienta a realocação de unidades industriais em operação. Já os incentivos fiscais concedidos pela Comissão para Concessão de

Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação – BEFIEIX – nem sempre representam alternativa para as empresas localizadas fora do Nordeste, de vez que pressupõem exportação efetiva traduzida em compromisso formalizado” (Ipardes, 1985:11).

Não obstante, numa composição que mobilizou recursos junto ao sistema cooperativista do Paraná, Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e incentivos administrados pela Secretaria da Fazenda do Estado, aprovou-se a implantação de quatro unidades de fiação de algodão e ampliação de uma já existente (Ipardes, 1984:73).

A principal argumentação utilizada para obtenção de recursos teria sido a alegação de que cooperativas não pertenceriam à categoria empresa, mas uma sociedade de pessoas, antes que sociedades de capitais (Liberal, 1991:11).

Assim, além da ampliação da unidade fiação da Cocamar – Cooperativa de Cafeicultores de Maringá, foram implantadas em 1986, quatro fiações de algodão no Paraná: Coamo – Cooperativa Agropecuária de Campo Mourão; Coagel – Cooperativa Agropecuária de Goioerê; Cocari – Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari; e a Cooperfios. Esta última, localizada em Maringá, resultou da formação de consórcio entre as quatro cooperativas acima citadas e a Coopagro – Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste para o processamento conjunto de resíduos de suas fiações.

Essas cooperativas envolvidas em fiações congregavam 61.875 cooperados, dos quais 23.500 eram cotonicultores em 1985 (Ipardes, 1984:11).

Desde então, ocorreu um salto no consumo industrial de algodão em pluma no estado, conforme Tabela 4, a seguir.

**Tabela 4.** Paraná: Consumo industrial de algodão em pluma – anos selecionados.

Ano	Consumo (em toneladas)	Consumo/Produção
1986	22.600	8,2
1987	39.300	16,0
1992	51.100	15,0
1993	55.300	36,2
1994	62.200	43,5
1995	64.500	35,6
1996	67.200	56,2
1997	62.800	155,4
1998	64.600	100,2
1999	72.800	187,6

Fonte: ABIT. Carta Têxtil 2000. op. cit. p.14. Produção/Consumo: elaboração própria

Observa-se que o consumo industrial de algodão em pluma foi crescente em todo o período.

Em 1986, fiava-se apenas 8,2% da produção de algodão beneficiado no estado. No ano seguinte, o consumo industrial de algodão em pluma no Paraná atingiu 39.300 toneladas ou 16% da produção

paranaense. Em 1992, tanto a produção como o consumo elevaram-se na mesma proporção. Manteve-se a parcela de 15% consumida no Estado.

Entretanto, desde 1993, registrou-se queda da produção concomitante ao aumento do consumo industrial da pluma. Isso aumentou a parcela consumida no estado que atingiu 56,2%, em 1996. Desde 1997, porém, dada à expressiva queda da produção e elevação do consumo, houve necessidade de se importar o produto de outras regiões. Em 1999, o consumo foi 87,6% maior que a produção, configurando uma situação inversa aos anos anteriores. O Estado do Paraná passou de situação de exportador para importador de algodão em pluma.

Essa situação e a ascensão do grupo fiação de algodão podem ser identificadas pela evolução de sua participação no valor adicionado do ramo têxtil no Paraná (Tabela 5).

**Tabela 5.** Paraná: Participação dos diferentes grupos no valor adicionado do ramo têxtil 1960, 1975, 1985 e 1998.

Têxtil	1960	1975	1985	1998
Beneficiamento de fibras têxteis	65,29	63,66	48,14	9,80
Fiação de algodão	-	16,03	33,25	67,34
Fabricação de malhas	3,19	5,96	7,03	16,65
Outros*	31,52	14,35	88,42	6,24
Total	100	100	100	100

Fonte: 1960. IBGE. Censo Industrial do Paraná. Rio de Janeiro, IBGE, V.IV, T.XIX, 1973, p.2 e 3; 1975, 1985 – Ipardes. Análise Conjuntura. Ipardes, Curitiba, agosto 1987, p.12; 1998 – Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná. Estatística Econômica Financeira. Curitiba, SEFA, 1991. Apud Jaime Trintim. 2001, p.149. \*1960 – tecelagem, artigos de passanaria, filós, rendas, artefatos têxteis; 1975 e 1985 – fiação de seda animal, fiação, tecelagem de linho e rami; 1998 – fabricação de artefatos têxteis.

A acentuada queda do grupo beneficiamento de fibras têxteis na participação no valor adicionado do ramo têxtil paranaense ao mesmo tempo em que o crescimento do grupo fiação de algodão inverteu as participações relativas entre os dois grupos.

Verifica-se que a fiação de algodão inexistia no estado em 1960 e em 1975, era pouco expressiva comparada ao beneficiamento de fibras têxteis. Em 1985, apesar da maior safra paranaense e brasileira de algodão de todos os tempos, o grupo beneficiamento declina sua participação ao mesmo tempo em que ascende o grupo fiação.

Lourenço e Volaco (1987:12) constatavam que as usinas de descaroçamento de algodão continuavam perdendo importância relativa em favor de atividades mais elaboradas como fiação. De fato, em 1998, a participação de 67,34% do grupo fiação de algodão contra 9,8% do grupo beneficiamento mostra o crescimento do primeiro no ramo têxtil estadual. Ao mesmo tempo, aponta para a decadência da produção algodoeira. Isso se explica, em grande parte, pela evolução da produção da matéria-prima no estado além da implantação de fiações no Norte do Estado, vinculadas à cooperativas agroindustriais. Como visto anteriormente, a produção de algodão

declinou na década de 90 e as indústrias de beneficiamento seguem, em geral, a produção agrícola.

A partir desse período, o centro de produção algodoeiro deslocou-se para a região Centro-Oeste do Brasil, valendo-se de utilização intensiva de tecnologia para alcançar maior produtividade, especialmente da colheita mecânica. O estado de Mato Grosso suplantou a produção de algodão do Paraná em 1997 (ABIT, 2001:12).

De qualquer forma, a produção de fios no Paraná passou a ser considerável, sendo, praticamente, toda exportada para Santa Catarina e São Paulo.

### Formação de um pólo têxtil

No início da década de 90, alentava-se a idéia de condomínios industriais com intuito de avançar para a tecelagem de fios de algodão. Abrangia todos os municípios da área de atuação das cooperativas envolvidas com fiação. Não excluía a possibilidade de participação de empresários de diferentes localidades para a formação de um núcleo de tecelagem. Tal concepção foi lançada pela Cocamar, de tal forma que serviria de estímulo à atividades industriais consideradas inviáveis em pequena escala (Porto, 1991:16).

“A larga experiência na comercialização e, posteriormente, na industrialização do algodão, através de suas unidades de fiação, possibilitou que fossem lançadas pela cooperativa, as bases para o Condomínio Têxtil e Tecelagens Regionais, em conjunto com as comunidades do Noroeste do estado, visando o compromisso firmado pela Diretoria com o quadro social, na promoção do desenvolvimento regional, de forma que o algodão permanecesse na região sob todas as modalidades de industrialização, desde a pré-tecelagem, tinturaria, até a confecção” (Cocamar, 1990).

Em 1996, foi fundada a Textilpar – Tecelagem Paranaíba Ltda, por um grupo de 80 investidores que integralizaram 20% do capital necessário para sua implantação. O BNDES financiou 65% da obra e o restante coube ao estado do Paraná, à Prefeitura Municipal de Paranaíba. Empregava 95 trabalhadores diretos. A capacidade de produção era de 1 milhão de metros/mês<sup>3</sup>.

À Cocamar coube o papel de *animadora do projeto*, pois, a idéia inicial de formação de condomínio industrial têxtil não encontrou repercussão<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> A Textilpar produz tecidos planos como brim para calças e trocolines para camisa. Inicialmente, eram 100% algodão, mas, posteriormente, passou-se a utilizar fios sintéticos compostos com algodão. Em 2001, a Cocamar assumiu a Textilpar na sua totalidade.

<sup>4</sup> Denominação realizada pelo então presidente da Cocamar em entrevista efetuada por Ednaldo Michelon. Michelon.1999., p. 123.

Segundo Michelon (1999:124), os equipamentos da Textilpar são modernos, contando com máquinas de urdissagem e engomagem computadorizados e os teares são eletrônicos a jato de ar.

Os fios são adquiridos no mercado, mas também comprados na fiação da Cocamar. Uma vez obtido o tecido, este é enviado para o Estado de São Paulo para passar pelas etapas de tinturaria e acabamento. Em seguida, retorna para Paranaíba, onde é conferido, estocado e comercializado.

Afora essa tecelagem, ocorreu a implantação de uma tecelagem de tecidos planos de pequeno porte, em Umuarama, uma tinturaria em Goioerê (a primeira do Paraná) e outra em Campo Mourão, Estado do Paraná, todos de iniciativa privada.

Isso implica em afirmar que tal projeto de formação de um pólo têxtil não se concretizou da maneira envidada.

Mereceu certo destaque o município de Goioerê, maior produtora nacional de algodão na década de 80 e até meados de década de 90. Localiza-se neste município a Coagel – Cooperativa Agropecuária de Goioerê. Objetivando o desenvolvimento empenhou-se para tornar-se um pólo têxtil regional. Envidou ações no sentido de viabilizar a implantação de indústria à jusante da fiação de algodão. Em 1992, foi implantado nesse município o curso de Engenharia Têxtil, uma extensão do Campus da Universidade Estadual de Maringá, sob a coordenação da Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo (Porto, 1999:11).

Em 1997, aprovou-se o que criou oficialmente o pólo têxtil em Maringá, pela lei 11.720, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com o seguinte teor:

“Art 1. Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Pólo da Indústria Têxtil e da Confecção do Paraná, liderado pelo município de Maringá, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver a indústria têxtil e de confecções da região”.

Art. 2. O Poder Executivo adotará mecanismos para a sua criação através de Programa de governo e regulamento próprio”. (Diário Oficial n. 5.003 de 15 de maio de 1997).

Evidentemente uma lei não garantiria, por si só, a execução desse projeto, mas demonstra a articulação da região em torno do que se considerou vocação regional, a partir da produção agrícola, o algodão. No entanto, tanto no município de Maringá como em Cianorte ocorreu a proliferação de indústrias de confecções (Maia, 1994).

### Considerações finais

O deslocamento da produção algodoeira para a região Centro-Oeste do Brasil vai ao encontro das características predominantes no Paraná que repousavam justamente sobre as pequenas e médias propriedades e no aproveitamento da mão-de-obra abundante que, no caso, estava aliada à decadência do café.

Nesse ponto situa-se a dualidade. Na região Centro-Oeste, o crescimento da produção de algodão distingue-se “como uma área de negócios em conseqüência da mecanização, paralelamente à decadência do Sul e Sudeste” (BNDES, 1997:3). Nessa região, conforme estudo realizado, os custos decrescem com o aumento do tamanho da propriedade. Quanto maior a propriedade, menor o custo, devido às possibilidades oferecidas pela mecanização plena, do plantio até a colheita<sup>5</sup>.

Ainda na região Centro-Oeste, a cotonicultura baseada em grandes propriedades desvinculou-se da intervenção do estado, no sentido de determinar a variedade a ser cultivada, como ocorria no Paraná e em São Paulo.

No Paraná, já no início da década de 90, permitiu-se à utilização de sementes de quaisquer variedades, levando a proliferação de variedades importadas. Em São Paulo, embora tal medida não tenha sido tomada, não houve controle quanto ao cumprimento das normas, tornando inócuo o seguro obrigatório. O seguro vinculava a cobertura de danos à adoção de padrão técnico recomendado. No Centro-Oeste, introduziram-se sementes de variedades norte-americanas.

O que se destaca nesse contexto, tem a ver com o processo de desmontagem das estruturas de intervenção estatal que haviam dado suporte à cotonicultura baseada em pequenas e médias propriedades. Ou seja, liga-se ao processo de abertura da economia brasileira. Há que se registrar que a queda das alíquotas de importação, condições de pagamento e a taxa cambial praticada nos anos 90 favoreceram essa evolução de fatores.

O Norte do Paraná ocupou posição de destaque na produção de algodão no estado. Nesta e na região

Sudoeste, as cooperativas agroindustriais exerceram forte influência na expansão da cultura e na verticalização do ramo têxtil paranaense.

Até o início da década de 80, atuavam exclusivamente no beneficiamento do algodão, cuja pluma era comercializada. Nessa década, constatado o baixo índice de transformação da pluma no Estado, desencadearam-se ações no sentido de viabilizar o avanço na cadeia produtiva têxtil, apesar do aparato federal de incentivo à implantação de unidades têxteis no Nordeste do Brasil.

Entretanto, a produção de algodão que abasteceria as referidas fiações sob as contingências do sistema cooperativista, entrou em franco declínio desde 1993. Desvinculou-se das características que até então lhe eram peculiares como sua ligação com pequenos produtores, utilização intensiva de mão-de-obra. O declínio da produção de algodão para níveis inferiores às necessidades das fiações acabou por dismantelar o projeto de constituição de uma cadeia têxtil a partir da abundância de matéria-prima, o algodão, apoiados no sistema cooperativista e o estado do Paraná passou de posição exportador para importador da matéria-prima.

### Referências

- ABIT. *Carta Têxtil 1997*. São Paulo: ABIT/Sinditêxtil. ABIT, 1997.
- ABIT. *Carta ABIT 2000*. São Paulo: ABIT, 2001.
- BARBOSA, L.P. *O Estado e as Transformações Recentes na Agricultura Paranaense*. 1987. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.
- BNDES. *Informe Setorial*. Agroindústria. Algodão: Crise e Retomada. Rio de Janeiro. BNDES, Outubro 1997.
- CLASPAR. *Relatório do algodão*. Disponível em: [www.pr.gov/claspar](http://www.pr.gov/claspar), novembro 2000.
- COCAMAR. *Projeto de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira: Ampliação da Unidade Industrial de Fios de Algodão*. Maringá. Cocamar, 1984.
- COCAMAR. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 12.10.1990.
- GONÇALVES, J.S. Crise do Algodão Brasileiro Pós-Abertura dos Anos 90 e as Conseqüências da Retomada da Expansão em Bases Competitivas. *Informações Econômicas*, Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 7-24, 1997.
- IBGE. *Censo Industrial do Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, p. 15, 1973.
- IBGE. *Censo Agropecuário do Paraná*. Rio de Janeiro. IBGE. 1979. v. 1, p. 18.
- IPARDES. *Perspectivas da Indústria Têxtil no Paraná: as possibilidades da Cooperativas. Análise Conjuntural*. Curitiba: IparDES, 6(11), 4 novembro 1984.
- IPARDES. *A Consolidação Possível da Indústria Têxtil no Paraná. Análise Conjuntural*. Curitiba: IparDES. (12) dezembro 1985.

<sup>5</sup> A colheita manual demanda cerca de R\$ 2,00 a arroba e a mecânica, R\$ 0,90 a arroba. Ver: BNDES. Informe Setorial. Agroindústria. Algodão: Crise e Retomada. Rio de Janeiro. BNDES, Outubro 1997, p 2. Gonçalves afirma que os custos da colheita mecânica giram em torno de R\$ 1,89 a arroba. A colheita pela *rapa* custou em torno de R\$ 0,87 a arroba, nas safras 1995/96 e 1996/97. Ver: José Sidnei Gonçalves. Crise do Algodão Brasileiro Pós-Abertura dos Anos 90 e as Conseqüências da Retomada da Expansão em Bases Competitivas. *Informações Econômicas*. São Paulo, Instituto de Economia Agrícola. V.17, n.3, março 1997, p.17. A *rapa* consiste na colheita de todas as maçãs de algodão sem se considerar o grau de maturação das fibras, numa só *passada*. Diferê, assim, do sistema panha *maçã a maçã*, onde a colheita é realizada em três *passadas*. Apanham-se apenas as maçãs maduras.

- IPARDES. *Análise Conjuntural*. Curitiba: IparDES, agosto 1987.
- IPARDES. *Análise Conjuntural*. Curitiba: IparDES, v. 21, n. 5-5, maio-junho 1999, p. 22.
- IPARDES. *Estudo da competitividade do algodão do Centro-Sul Brasileiro*. Curitiba: IparDES, junho 1995.
- LIBERAL, C. O segmento algodoeiro no Paraná. *Revista da Faculdade Católica de Administração e Economia*, Curitiba, n. 2, p. 16-25, 1991.
- LOURENÇO, G.M.; VOLACO, G. *Análise da Estrutura Industrial Paranaense no Anos Recentes*. *Análise Conjuntural*. Curitiba: IparDES, 9 (8), 9 agosto 1987.
- MAIA, K. *Confecções em Cianorte: Um distrito industrial?* 1994. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.
- MEDEIROS, N.H. A Competição Schumpeteriana e a Organização Cooperativa: o Caso da Cocamar. 1995. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo-USP/FEA, 1995.
- MICHELLON, E. *Cadeia Produtiva e Desenvolvimento Regional. Uma Análise a Partir do Setor Têxtil do Algodão no Noroeste do Paraná*. Maringá: Clichetec, 1999.
- OCEPAR. Estrutura de Recebimento do Algodão. Disponível em: [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)
- PORTO, F. Paraná. *O alvorecer de um pólo têxtil*. In: *Textília*. São Paulo: Editora Brasil Têxtil, n. 1, 1991, p.8-17.
- SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO PARANÁ. *Proposta de Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Têxtil Paranaense*. Convênio SEIC/BADEP. s/d.
- TRINTIM J.G. *A Economia Paranaense*. 2001. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

Received on March 18, 2005.

Accepted on June 04, 2005.